

ARTIGO

MEMÓRIAS COLETIVAS E MEMÓRIAS OFICIAIS

COLLECTIVE MEMORIES AND OFFICIAL MEMORIES

MARIJANE VIEIRA LISBOA*

RESUMO

Esse artigo pretende discutir algumas das pesquisas mais recentes sobre aspectos até hoje negligenciados da memória coletiva do genocídio nazista que ainda não estão disponíveis em língua portuguesa: a memória coletiva da terceira geração de alemães sobre o Holocausto, sua memória nos países da Europa do Leste e Central antes e depois do fim do socialismo e a dificuldade alemã em lidar com uma categoria específica de suas vítimas, as suas próprias crianças, os *kriegskinder*, as crianças da guerra.

PALAVRAS-CHAVE: Memória coletiva. Genocídio Nazista. História oficial.

ABSTRACT

This article intends to discuss some of the recent research on neglected aspects of today's collective memory about the Nazi genocide not yet available in Portuguese: the collective memory of the third generation of Germans regarding the Holocaust, its memory in the Eastern and Central Europe countries before and after the end of socialism and the German difficulty in dealing with a specific category of victims, their own children, the *kriegskinder*, the children of the war.

KEYWORDS: Collective memory. Nazi genocide. Official history.

Introdução

Mais de 70 anos depois do seu ocorrido, o genocídio nazista permanece um episódio aparentemente inesgotável para estudar os percursos da memória coletiva a seu respeito. O tempo e as gerações mais recentes, os períodos históricos que lhe sucederam como o pós guerra imediato, a Guerra Fria e mais tarde o fim do mundo socialista, demonstram que o genocídio nazista pode ser recordado, esquecido ou intencionalmente manipulado de modo muito diverso em diferentes sociedades, por vezes de forma quase similar às histórias oficiais sustentadas por suas elites dirigentes, outras vezes, preservado teimosamente em outras versões nos espaços privados da vida familiar e dos círculos sociais mais estreitos. Além disso, só recentemente se percebeu que as políticas genocidas dos nazistas não apenas visaram aqueles que eles consideravam como judeus, mas também ciganos e portadores de deficiências físicas e mentais, ainda que alemães. Além disso, o fato de que só recentemente tenha se tornado público que também prostitutas, homoafetivos, ladrões e alcoólatras foram alvo de intensa perseguição nazista por serem considerados “antissociais”, revela o quanto nossas sociedades ainda alimentam os mesmos preconceitos da sociedade alemã daquela época.

Dão testemunho dos estranhos percursos da memória coletiva relacionada ao genocídio nazista publicações relativamente recentes, ainda não traduzidas para o português, que abordam as diferenças de percepções entre as jovens gerações alemãs e seus antepassados contemporâneos do nazismo,¹ as remodelações sucessivas das histórias oficiais sobre o genocídio nazista nos países do Leste,² em geral conflitantes com memórias coletivas mantidas à sombra e o

reconhecimento muito recente dos traumas vivido por crianças alemãs durante a guerra e o imediato pós-guerra e suas sequelas extensivas aos seus descendentes.³

Em um momento em que tardiamente, (e não é sempre assim?) o Brasil decide examinar as feridas ainda abertas da ditadura iniciada em 1964 ao criar a Comissão Nacional da Verdade, seguida pela fundação de dezenas de outras comissões da verdade, estaduais, municipais e universitárias,⁴ observar esses percursos e manifestações das memórias coletivas, seus encontros e desencontros não só com os próprios fatos históricos, mas também com as histórias oficiais construídas a seu respeito, pode nos ajudar a refletir sobre os usos e os abusos da memória, tal como nos incitaram Todorov⁵ e Ricoeur.⁶

Memória Coletiva como Metáfora

Quem primeiro cunhou o termo foi o sociólogo francês Maurice Halbwachs, cujo livro póstumo, publicado em 1950, “A Memória Coletiva”,⁷ reuniu suas últimas pesquisas sobre a vida cotidiana, pouco antes de ser deportado e falecer em Buchenwald. Com tal conceito Halbwach pretendeu assinalar o fato de que a preservação da memória individual é dependente da vida social, pois a própria linguagem, as noções comuns sobre ideias, costumes e o enquadramento temporal e espacial dos fatos lembrados, dependem dos grupos de referência nos quais o indivíduo viveu, e com os quais ainda mantém vínculos significativos para a sua existência atual. Por isso, segundo Halbwachs, a memória coletiva seria viva, e se estenderia até onde a memória dos grupos que a compõem pudessem chegar. Por essa mesma razão, haveria muitas memórias coletivas, tantas quanto fossem as coletividades nas quais indivíduos conviveram e com as quais ainda se relacionam: família, escola, trabalho, partidos políticos e tantos outros. A memória coletiva, portanto, seria um fato social totalmente distinto da memória histórica,

essa expressão pouco feliz para Halbwachs, a qual consistiria na compilação de dados que um dia foram importantes na memória humana, e que são lidos, ensinados, selecionados e classificados de acordo a critérios técnicos, desnecessários enquanto tais coletividades permaneçam como seu repositório vivo. A memória histórica ou mais precisamente, a história, surgiria justamente quando se decompusesse a memória social, quando ela não mais encontrasse suporte em um grupo social. Em síntese, enquanto a memória coletiva se caracterizaria por ser um continuum vivo, alimentado no seio de coletividades, a história seria justamente o esforço por preservar por meio da narrativa escrita, fatos que já foram esquecidos. Daí decorreria, ainda de acordo a Halbwachs, outra distinção significativa entre os dois tipos de memória: por apoiar-se em diversos grupos sociais, a memória coletiva seria plural, pois seriam várias as memórias coletivas de um mesmo episódio histórico, já que vividas por diferentes sujeitos sociais, enquanto a história com H maiúsculo, sempre alimentaria a pretensão de ser única e universal, trazendo à luz o quadro total de todos os fatos, ainda que pudesse especializar-se em segmentos e detalhes particulares como a história de nações ou de períodos históricos determinados.

Porém, como nos alertará Todorov, a própria expressão “memória coletiva” nos induz ao equívoco, se compreendida em sentido literal, pois como fenômeno psicológico a memória é sempre individual. Quando falamos de memória coletiva, estamos pensando em um discurso que um grupo social ou essa sociedade como um todo faz sobre episódios da sua existência e que constituem elementos fundamentais da sua identidade. E esta observação abre caminho para as críticas posteriores feitas a Halbwachs, em que pese se reconhecer-lhe o mérito de introduzir a problemática da memória coletiva no âmbito das ciências sociais e históricas.

Como herdeiro da tradição sociológica durkheimiana, Halbwachs teria valorizado sobretudo a contribuição da memória coletiva para a estabilidade social na medida em que esta reforçaria o sentimento de pertença dos indivíduos às suas coletividades, e por isso menosprezando a natureza impositiva desta memória.⁸ As muitas tensões sociais que opõem as diversas memórias coletivas no seio de uma coletividade maior foram ignoradas, e em particular a violência simbólica que explica a imposição de uma “memória oficial” às demais memórias coletivas de grupos marginalizados e oprimidos, tornadas assim “subterrâneas”, na expressão adotada por Pollak. São justamente essas “novas memórias” que tem se tornado objeto de recentes pesquisas históricas e sociológicas, revelando não só aspectos sociais e episódios históricos mantidos à sombra, mas a presença de um pensamento dominante que lhes impôs esse apagamento. A própria escolha dos temas das pesquisas históricas e sociológicas assinalaria o *parti pris* dos pesquisadores nas disputas políticas que animam nossas sociedades.

Porém, mais além dos interesses legítimos de grupos sociais na disputa pela memória de acontecimentos históricos relevantes para as suas identidades coletivas, impõe-se a questão da utilidade social de resgatar memórias. Caso não sejamos capazes de extrair daí lições e valores universais que transcendam as suas particularidades, ou seja, constituindo aquilo que Todorov chama de uma *memória exemplar*, não valeria preservá-las. Ao contrário, é possível que a tentativa de sacralizar certos episódios históricos terríveis, para usar outro termo de Todorov, negando a possibilidade de que se possa tirar deles quaisquer características generalizantes, nos impeça de reconhecer a possibilidade da sua repetição no tempo presente em outras circunstâncias históricas, variantes e dimensões, levando-nos a ignorar aquilo para o qual Adorno e Horkheimer nos alertaram em seu ensaio sobre o antissemitismo, ou seja, o de que as vítimas são intercambiáveis.⁹

É por isso que pesquisas recentes sobre aspectos até hoje negligenciados da memória coletiva do genocídio nazista nos permitem refletir sobre os desafios intrínsecos a uma “educação após Auschwitz”, ou seja ao trabalho de elaborar socialmente uma memória coletiva que sirva à construção de sociedades democráticas.

Na Alemanha

O que é hoje incontestado entre os estudiosos e testemunhas do genocídio nazista, ainda que difícil de compreender, é o fato de que ele estivesse praticamente esquecido nas duas primeiras décadas após o fim da II Guerra Mundial. Como comenta Hannah Arendt ao escrever sobre o julgamento de Eichmann em Jerusalém,¹⁰ até aquele momento, a política de *desnazificação* na Alemanha havia falhado fragorosamente. A Agência Central de Investigação dos Crimes Nazistas, que só fora fundada em 1958, enfrentava grandes dificuldades para processar e condenar nazistas importantes devido à falta de colaboração das testemunhas e ao desinteresse das cortes locais em processar indivíduos contra os quais se reuniram provas consistentes. Contudo, apenas sete meses após o sequestro de Eichmann na Argentina, vários nazistas envolvidos em assassinatos massivos de judeus foram presos. Espantosamente, a maioria deles sequer havia mudado de nome, continuando a exercer as mesmas ocupações de antes da guerra. Julgados, receberam penas mínimas, o que não é tão surpreendente quando se considere que uma parte significativa dos juízes ainda ativos na nova República Federal Alemã, haviam atuado também nas cortes do período nazista.

Tal esquecimento na Alemanha seria fácil de ser explicado. Em alguma medida, quase todos os alemães deveriam se sentir responsáveis pelo que ocorreu, e para muitos, tratava-se não somente de responsabilidade, mas de culpa no sentido jurídico da palavra, pois

grande parte dos juizes e funcionários públicos em atividade haviam trabalhado no período nazista e estiveram de alguma forma implicados nas atividades que levaram ao genocídio.

Entre os diversos argumentos empregados para defender a suspensão e mais tarde a prescrição dos processos relativos aos crimes cometidos no período nazista estava a alegação de que como todo o povo alemão fora culpado pelo que ocorrera, uma vez julgados os principais líderes nazistas em Nuremberg, nada mais havia que fazer. Para Arendt, tal argumento tinha como consequência perigosa aquela de inocentar a todos, pois onde todos são culpados, não é possível condenar apenas alguns.¹¹ Outros argumentos empregados para eximir de culpa os muitos colaboradores ativos do regime eram o de que estes apenas haviam obedecido às ordens ou ainda de que o fizeram para evitar que males ainda maiores fossem cometidos por indivíduos com menos escrúpulos. Também tratou-se de atribuir a conduta criminosa dos guardas SS a uma animalidade presente entre todos os seres humanos, contida em condições normais, mas liberada em situações especiais. Em qualquer desses casos, argumentou Arendt, o que se nega é a possibilidade de que sejamos responsáveis pelos nossos atos perante a nossa própria consciência, meros autômatos que respondem a estímulos vindos quer da sociedade, quer de uma natureza instintiva. Fáceis de serem rebatidos, esses argumentos revelavam que as autoridades e a população alemã enfrentavam uma grande dificuldade em julgar moralmente suas condutas, observou Arendt e distinguir a culpa individual, relacionada a atos praticados, da responsabilidade coletiva, política, resultante do fato de que pertencemos a uma comunidade e somos responsáveis pelos seus atos praticados no passado e no presente e obrigados a remediá-los, na medida das nossas possibilidades.

Entendimento semelhante teve Jaspers em livro publicado apenas um ano após o término da guerra,¹² no qual exortava os alemães a

coletivamente reconhecerem sua responsabilidade política pelos crimes cometidos pela Alemanha nazista. Mas Jaspers foi uma exceção na República Federal Alemã do pós guerra. Muitos ex-membros do partido nazista e das SS foram cooptados pelos partidos políticos da nova república, enquanto a agência oficial de informações alemã a ser criada em 1956, a *Bundesnachrichtendienst*, empregou boa parte dos ex-funcionários de uma antiga agência de espionagem nazista, cujos preciosos arquivos foram entregues à CIA logo após o fim da guerra e depois devolvidos à RFA.

Por isso quando em 1963, quase vinte anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, começou em Frankfurt o chamado “Julgamento de Auschwitz” no qual foram julgados 22 réus que aí haviam funcionado como guardas, Jean Améry pode dizer em seu ensaio *Ressentimentos*, que a soma dos comportamentos individuais dos alemães responsáveis por seus atos e silêncios, configurava a culpa global de todo um povo.¹³

A resistência alemã ocidental em lidar com o seu passado foi duradoura e teve consequências nefastas segundo Norbert Elias, que ao analisar atuação da organização armada Baader-Meinhof¹⁴ durante os anos 70, atribuiu à permanência de importantes nazistas no aparato do Estado e à ausência de um debate sério sobre esse passado o fato de que as jovens gerações alemãs acreditassem que continuavam vivendo em um estado autoritário e buscassem uma identidade política no marxismo, que lhes prometia uma sociedade mais justa. A repressão violenta e desmedida que se abateu sobre os jovens revoltosos de 1968, e depois nos anos seguintes não só sobre os grupos radicalizados, mas também sobre todos aqueles alemães considerados como “simpatizantes” devido a ideias professadas só irá dividir e polarizar ainda mais a sociedade alemã.

Na República Democrática Alemã, ao contrário, não se tratou de esquecer o passado nazista, mas sim submetê-lo a violentas alterações de

sentido, constituindo uma memória oficial na qual a ascensão de Hitler e os crimes por ele cometidos serão explicados como meras consequências e expressão da luta de classes. Ainda assim, Elias considerou que por mais equivocada que essa explicação pudesse ser, significava pelo menos uma tentativa de exame oficial do passado traumático”.

Mas o resto do mundo também ignorou durante muito tempo os crimes do nazismo. A atitude preponderante, afirma Enzo Traverso,¹⁵ foi o silêncio interrompido pela agitação provoca por eventos como o julgamento de Eichmann, o lançamento do Diário de Anne Frank e o filme *Julgamento em Nuremberg*. As atenções políticas durante as décadas subsequentes estavam voltadas para a luta anti-imperialista e a Guerra Fria, embora durante esse período fossem publicados os testemunhos de Primo Levi, Jean Améry, Bruno Bettelheim e tantos outros e autores importantes tenham tentado analisar e explicar o ocorrido, como Arendt, Adorno e Elias.

Entre as razões para esse esquecimento, Traverso menciona a permanência de um anti-semitismo difuso no mundo e o fato de que o horror do Holocausto tivesse se diluído em meio aos demais horrores da II Guerra Mundial. O historicismo sionista, na ânsia de justificar o Estado de Israel, também reivindicava o monopólio do seu estudo, como se ele tivesse a ver apenas com os judeus, tese rejeitada por Christoph Lash¹⁶ e Bauman,¹⁷ que ao contrário, o viam como um genuíno fenômeno das sociedades contemporâneas.

Do fim dos anos 80 em diante, contudo, percebe-se na RFA uma mudança de atitude em relação ao passado nazista recalcado, que aos poucos emerge à luz do dia. Atualmente há monumentos e museus sobre o nazismo e seu genocídio nas principais cidades alemãs, entre os quais destacam-se o *Holocaust-Mahnmal*, o Museu Judaico e o *Topografia do Terror* em Berlim e o *Centro de Documentação do Nazismo* em Nuremberg, na antiga sede do Partido Nazista. Pequenas pedras metálicas fincadas no

cimento de calçadas em frente a casas registram o nome, data de nascimento e data de prisão de judeus deportados e desaparecidos em campos de extermínio. Estuda-se, escreve-se, filma-se, pesquisa-se. O Centro de Memória dos Heróis Silenciosos, em Berlim, recolhe testemunhos daqueles que ajudaram judeus a se esconder, se manter na clandestinidade ou fugir do país. O dia 27 de janeiro, data em que os russos entraram em Auschwitz, é dedicado à memória das vítimas do Holocausto na República Federal Alemã, e uma cerimônia solene se realiza no Parlamento alemão com a presença das principais autoridades do país e de representantes da comunidade judaica, cigana e outros grupos vitimados pelo nazismo, bem como de convidados vindos de diversas partes do mundo. Ao longo dessa semana, na televisão, nas escolas e nos cinemas, o genocídio nazista é exaustivamente discutido. Certamente o antisemitismo, o racismo e o nazismo não estão mortos na Alemanha, do que são prova as tentativas periódicas de organização de grupos neonazistas e a perseguição a imigrantes. Mas não podemos questionar o fato de que a Alemanha, enquanto conjunto das suas instituições mais representativas e enquanto opinião pública, tenha se pronunciado sobre esse passado e o tenha condenado nos termos mais claros, como um dia Karl Jaspers a havia exortado, e Jean Améry desejado para que pudesse se reconciliar com o povo alemão e austríaco. Devemos reconhecê-lo, principalmente se comparamos a postura alemã com aquela de um Japão que até hoje se recusa a desculpar-se pelos crimes cometidos contra o povo chinês e coreano e seus prisioneiros de guerra, ou mesmo com a dificuldade francesa e italiana em lidar com o colaboracionismo e o fascismo.

Podemos nos perguntar porque se precisou de tanto tempo, mas tudo indica que a tarefa ingrata de reconhecer responsabilidades políticas e exigir a apuração dos crimes cometidos por uma geração fica sempre à cargo de seus filhos e netos. Ingrata, porque o último que filhos e netos

desejam é reconhecer que seus pais foram fracos e falharam moralmente. O quanto isso é doloroso e talvez muito difícil de ser elaborado, evidenciam os resultados da pesquisa realizada por Harold Welzer, Sabine Moller e Karoline Tschuggnall em 2010 sobre a consciência histórica intergeracional alemã, *Tradierung von Geschichtsbewusstsein* [Transmissão da consciência histórica], encomendada pela Fundação da Volkswagen, e que entrevistou cerca de 40 famílias alemãs cujos avós foram contemporâneos do nazismo e do genocídio nazista. Os pesquisadores partiram do pressuposto de que há uma diferença entre o conhecimento histórico cognitivo, transmitido nas escolas, nas cerimônias e no discurso político e as representações emocionais sobre os eventos passados que chegaram às gerações recentes por meio das narrativas dos membros de famílias que foram suas testemunhas e deles participaram. Pesquisas anteriores haviam atestado que as novas gerações de alemães estavam muito bem informadas sobre a história do “Terceiro Reich” e sobre o Holocausto, indicando que uma parcela muito pequena da juventude alemã ignorava o que significasse “Auschwitz”, enquanto sua grande maioria considerava importante recordar Auschwitz para que crimes semelhantes não se repetissem no futuro e porque, além disso, as vítimas tinham direito a essa memória.

No entanto, a pesquisa de Welzer e seus colegas mostrou como os filhos, e em especial os netos, sob a influência emocional do que lhes contavam seus avós sobre aquele período e sobre a sua participação e vivências, acabavam por reconstituir os eventos de forma a heroicizar e vitimizar seus avós, justificando-os e desculpando-os por sua participação nos crimes nazistas. Isso é mais espantoso ainda, quando esses mesmos avós, muitas vezes sem qualquer manifestação de remorso, frequentemente mencionavam nas entrevistas pessoais ou familiares, episódios de morte ou perseguição às vítimas nos quais estiveram envolvidos como soldados, membros do partido nazista ou vizinhos de

judeus em campos de concentração ou extermínio. Seus netos, contudo, como em uma brincadeira de “telefone sem fio”, transformavam tais episódios em outras histórias, nas quais adesões voluntárias ao partido nazista tornavam-se adesões forçadas; a indiferença pelo destino de vizinhos e colegas judeus em atos heroicos de ajuda e os sofrimentos infligidos aos alemães derrotados pelas tropas soviéticas tão ou mais terríveis do que aqueles por que passaram as vítimas dos nazistas.

Assim, entre a memória oficial, ou seja, a consciência histórica transmitida na escola e nos eventos públicos e a memória coletiva familiar, prenhe de força emocional, estabelecia-se uma distância inexpugnável, pois enquanto a primeira é composta de um léxico de fatos e estatísticas, a outra é um álbum familiar, recheado de fotos, medalhas, lembranças dos momentos de grandeza e das vitórias militares de Hitler, ou ainda do desespero dos avós em meio às ruínas do Terceiro Reich, maltratados pelos russos invasores.

Para esses netos, a maneira de combinar estas duas memórias ou consciências históricas tão díspares é separar em dois grupos inteiramente distintos de pessoas os “nazistas” de antanho, dos alemães comuns e queridos, como seus avós, recusando-se a admitir o fato de que uns e outros constituíssem a mesma e ampla massa de indivíduos que tornaram possível o nazismo e seus crimes.

A conclusão dos pesquisadores é pois a de que as famílias alemãs transmitem uma consciência da história nazista na qual o aniquilamento dos judeus europeus aparece apenas de passagem, como um acontecimento secundário, ao se mencionar a “Noite de Cristal” e a emigração de vizinhos e colegas de escola judeus, porém jamais como expropriação, deportação e assassinato, em episódios em que frequentemente seus parentes assumiram atitudes solidárias. Na maioria das vezes, o Holocausto propriamente dito só era mencionado nas entrevistas e conversas familiares quando os pesquisadores perguntavam

expressamente a seu respeito. Ou seja, concluíram os pesquisadores, o Holocausto não possuiria nenhum lugar sistemático na memória familiar alemã.

Quais são as consequências que poderíamos extrair desse diagnóstico? Além da justiça às vítimas, a memória e a condenação dos crimes do genocídio nazista não visam justamente impedir que outros genocídios e crimes contra a humanidade ocorram no futuro na Alemanha e em outros países? Mas, até que ponto estarão as futuras gerações alemãs preparadas para opor-se vigorosamente a violações massivas de direitos humanos se acreditam que o mal só é e só poderá ser cometido por pessoas más, não por sua família, amigos e por cada um de nós? É essa a pergunta perturbadora que se fazem jovens visitantes do Memorial do Holocausto em Berlim, registrada no documentário *Ein Weites Feld: Das Holocaust-Mahnmal in Berlin* (Um vasto campo: O memorial do Holocausto em Berlim).¹⁸ Será que teriam se calado, da mesma forma que seus avós? Ou pior, colaborado com os nazistas? Lea Rosh, a quem coube a iniciativa de criação do Memorial, também narra o mal estar que lhe sobreveio e à sua irmã, quando descobriram um diário de seu pai, após a sua morte, no qual ele confessava a sua colaboração com os carrascos. Mais de 50 anos após Eichmann em Jerusalém”, a questão da “banalidade do mal” ainda não foi bem entendida: a de que nossas sociedades contemporâneas são capazes de produzir o mal graças à colaboração de milhares de pessoas banais.

Do Outro Lado: na Europa Comunista

A política de memória do genocídio nazista na Rússia e nos países da Europa do Leste que passaram à órbita soviética com o fim da II Guerra Mundial experimentou mudanças radicais que acompanharam as também radicais mudanças de suas histórias. São sobre os trajetos

tortuosos da memória oficial e seus desencontros com as memórias coletivas dos ex países socialistas que nos falam os artigos que compõem a coletânea *Umdenten, verschweigen, erinnern: die späte Aufarbeitung des Holocaust in Osteuropa* (Reinterpretar, calar, recordar: a elaboração tardia do Holocausto na Europa Oriental), organizada por Micha Brumlik e Karol Sauerland, alguns dos quais serão mais adiante comentados.

Em linhas gerais, podemos dizer que todas as histórias oficiais dos regimes socialistas europeus, apesar de algumas diferenças atribuíveis às suas especificidades históricas, atribuíam ao genocídio nazista um papel bastante secundário. Nessas narrativas, o tema principal era a agressão alemã à URSS e demais países da Europa Oriental, explicada em termos da luta de classes e do conflito maior entre a “pátria do socialismo” e as repetidas crises do capitalismo, tratando-se aí de valorizar o heroísmo do povo russo e a resistência comunista nos países ocupados pela Alemanha. No que tange à perseguição nazista aos judeus, essas histórias oficiais afirmavam sumariamente que comunistas e povos dos futuros países socialistas teriam sido solidários com os perseguidos, enquanto os nazistas puderam contar com a cumplicidade das burguesias nacionais e da Igreja Católica.

Entretanto, após o fim dos regimes socialistas nos países anteriormente submetidos à órbita de influência russa, suas histórias oficiais serão reescritas sob o prisma de um forte nacionalismo anti-russo, mesclado a um anti-semitismo mal disfarçado. Não há nada de surpreendente nisso, porém, se consideramos que a história da Europa do Leste foi fortemente marcada pelas ambições imperiais de uma Rússia czarista e, mais tarde, soviética. Se há algo a surpreender, portanto, foram os enormes malabarismos das políticas de memória dos novos países socialistas em obliterar as agressões russas ao longo de suas histórias e transformar essa potência agressora em “país irmão”.

O anti-semitismo que se vislumbra em meio às novas narrativas nacionalistas tampouco surpreende, pois ele tem uma longa história na Europa Leste e sobreviveu latente durante todo o período socialista, sob a censura de uma história oficial que negava a sua existência. Ao fim deste período, quando finalmente se começa a discutir o tema da colaboração das populações de vários desses países, em particular da Polônia, Lituânia e Romênia com a política nazista de extermínio dos judeus, vemos surgir como uma das explicações a de que os judeus fossem odiados por serem majoritariamente comunistas e terem apoiado a URSS quando esta invadiu os seus territórios em 1941, conforme estabeleceu o Pacto Molotov-Ribbentrop, assinado em 1939, entre a URSS e a Alemanha.

Tampouco se abandonara a antiga tese do período socialista na qual se buscava diminuir o papel dos seus nacionais nas execuções de judeus, atribuindo-as quase exclusivamente aos nazistas, ou recorrendo-se ao argumento revisionista de que boa parte dos judeus mortos fora simplesmente vítima da guerra, e não de uma política de extermínio deliberada. Por isso, como dizem os organizadores da coletânea de ensaios Brumlik e Sauerland, ainda é muito cedo para se escrever a história da recepção do Holocausto nos antigos países socialistas, pois só nos últimos anos é que se teria iniciado um debate público e honesto sobre como reagiram as populações dessas regiões e suas lideranças políticas a esse terrível episódio.

Assim é que na memória soviética oficial da II Guerra Mundial, o Holocausto não mereceu qualquer lugar, pois o que se cultivou foi a memória do que se chamou de a Grande Guerra Pátria. E isso, apesar da política nazista de eliminação da população judia soviética ter sido muito mais radical do que a adotada na Polônia e em outros países europeus, pois os nazistas na URSS não formaram guetos ou quando o fizeram estes foram organizados apenas com o objetivo de reunir a população

para ser em seguida alvo de execuções massivas. Isso explica porque dos quase três milhões de judeus soviéticos que viviam nas áreas ocupadas pela Alemanha, apenas tenham sobrevivido alguns milhares, na maioria dos casos porque fugiram para os pântanos e florestas, acompanhando as guerrilhas judias ou mesmo as soviéticas, que atuaram na retaguarda da ocupação nazista. Ao fim da guerra, o sofrimento e a resistência desses judeus e judias que sobreviveram não foram reconhecidos publicamente. Nem sequer suas casas, que tiveram que abandonar durante a fuga, lhes foram devolvidas. Na visão triunfalista soviética, não havia vítimas, apenas heróis e esses eram somente aqueles que haviam lutado de armas na mão. Mais terrível ainda foi a sorte de muitos desses judeus e judias que, como tantos outros cidadãos soviéticos, foram fuzilados ou enviados para os campos de trabalho por serem suspeitos de ter colaborado com os nazistas. Como se sabe, a paranoia stalinista do após guerra condenou à morte ou aos campos de trabalho da Sibéria por suspeita de colaboração, milhares de soldados russos que foram aprisionados pelos alemães, bem como soldados que voltavam vitoriosos do fronte, assim como cidadãos soviéticos que haviam vivido em áreas que estiveram sob ocupação alemã.¹⁹ Além disso, o clima da Guerra Fria e o alinhamento do jovem Estado de Israel com os EUA pôs uma pá de cal nos esforços dos sobreviventes soviéticos, judeus, de documentarem a destruição de que foram vítimas. A publicação de *O Livro Negro*, uma coleção de documentos sobre essa destruição, editada por Vasily Grossman e Ilia Ehrenburg, dois populares escritores soviéticos de ascendência judaica, foi adiada indefinidamente por Stalin.²⁰

Nos demais países socialistas da Europa Oriental, o fim do regime exigiu reformulações mais drásticas da história oficial, pois além do anti-semitismo muito mais acentuado e a colaboração ativa de setores da sua população no extermínio dos judeus, a existência do Estado de Israel e de extensas diásporas no exterior, especialmente nos EUA, forçaram um

debate público sobre os acontecimentos da época muito mais intenso. Como o fim do socialismo também permitiu reacender o sentimento nacionalista anti-russo, esse debate por vezes polarizou-se entre os que acusavam os judeus de terem sido íntimos aliados dos russos, e responsáveis pelas agressões territoriais, perseguições e deportações que essas nacionalidades sofreram e de outro lado aqueles que exigiam que se reconhecesse o forte anti-semitismo presente entre esses povos, causa da sua colaboração ativa com os nazistas no extermínio dos judeus. Tentativas de reabilitação de políticos colaboradores dos nazistas e genocidas, como o caso de Bandera na Ucrânia, ou a instituição da celebração de datas como a do levante lituano contra a ocupação soviética, que, contudo é também o momento em que ocorre o massacre da população judia de Vilnius, provocam intensos debates nacionais, além de serem objeto de protestos do Estado de Israel, de sobreviventes do Holocausto residentes nos EUA e do próprio governo norte-americano.

As crianças da guerra

Se os alemães contemporâneos do nazismo resistiram a reconhecer a sua responsabilidade diante do genocídio e dos crimes contra a humanidade e crimes de guerra cometidos contra as populações dos países invadidos e ocupados, também negaram-se a reconhecer que entre suas vítimas encontravam-se as suas próprias crianças. Os anos seguintes à derrota alemã submeteram sua população a privações das quais fora poupada durante quase toda a guerra. De fato, uma das grandes preocupações da administração nazista foi a de garantir a segurança alimentar de sua população durante a guerra, de modo a que não surgisse no fronte interno pressões no sentido de terminá-la. Milhares de trabalhadores escravos das áreas ocupadas, prisioneiros de guerra e voluntários da Europa ocidental e oriental foram trazidos para a Alemanha para trabalhar nas colheitas e fábricas, de modo a liberar os

braços masculinos para a guerra. Mesmo sujeitos a bombardeios aliados constantes, abrigos anti-aéreos e serviços de socorro ofereciam refúgio, alimentação e socorro médico aos que perdiam suas casas. Após a rendição, no entanto, subitamente milhares de alemães se viram sem comida, sem carvão para aquecer e cozinhar, sem casa para abrigar-se. A prioridade das potências vitoriosas era a manutenção dos seus próprios exércitos, dos seus milhares de soldados prisioneiros que deveriam ser repatriados, e dos milhares de prisioneiros dos campos de concentração e de extermínio em péssimas condições de saúde e subitamente liberados. Além disso, à medida que o Exército Russo avançava, milhares de lituanos, letões, estonianos e ucranianos que não queriam viver novamente sob o controle comunista fugiam para a Alemanha, aos quais em breve vieram se juntar levas de alemães moradores da parte oriental da Alemanha, e mais aqueles que haviam sido levados pelos nazistas a povoar os países conquistados no Leste. A tudo isso se somavam forças armadas ucranianas, cossacas e russas que haviam lutado ao lado dos nazistas, bem como mais tarde forças armadas nacionalistas, mas anti-comunistas, como era o caso das polonesas, que lutaram contra os alemães.

Assim, esses primeiros anos após a derrota foram anos em que crianças sem pais, vivendo com mães e avós, erravam pelas ruas atrás de comida, a qual muitas vezes roubavam. Muitas foram testemunha de toda sorte de violências cometidas contra seus parentes e milhares foram criadas em orfanatos, ignorando quem fossem seus pais. No enorme esforço para reconstruir a Alemanha de após guerra, essa geração teve um papel central. Mostrou-se laboriosa, séria e equilibrada e só muito recentemente é que se foi evidenciando as consequências tardias dos traumas por ela vividos: alcoolismo, depressão, enfermidades de fundo nervoso, dificuldades de manutenção de laços afetivos. O livro da jornalista Sabine Bode, *Die Vergessene Generation: die Kriegskinder brechen ihr*

Schweigen traz entrevistas com muitas dessas pessoas, que na maioria dos casos somente depois de atendimento psicológico foram capazes de falar de suas experiências traumáticas infantis. Tais experiências dificilmente puderam ser elaboradas no espaço familiar, pois seus próprios pais, em geral mães viúvas ou pais inválidos de guerra, tampouco conseguiam enfrentá-las. Inicialmente predominava entre seus pais a atitude de negar suas responsabilidades políticas pelo apoio a Hitler, à guerra e ao genocídio, apresentando-se antes de tudo como vítimas dos aliados e em especial dos russos. Mas o crescente reconhecimento da monstruosidade do genocídio e da responsabilidade do povo alemão por tais crimes na geração seguinte, dos *kriegerkinder*, tornava politicamente incorreto que se falasse do seus próprios sofrimentos. Além disso, reconhecê-los significava também reconhecer a dupla responsabilidade de seus pais não só pelos crimes cometidos contra judeus, mas também porque arriscaram a vida de seus filhos ao apoiar a aventura nazista.

O recalque das experiências traumáticas não só trouxe consequências para essa geração, mas para as gerações seguintes, como reconhece Michael Ermann, psicanalista alemão.²¹ Como seus pais, esses jovens também se sentem estranhos em suas vidas, e não dão importância às suas necessidades. Sumamente capazes no que fazem, assumem muitas responsabilidades, frequentemente optando por profissões sociais, num esforço em grande parte inconsciente de reparação. Muitos sofrem de distúrbios sérios, aparentemente inexplicáveis, se não os relacionamos com a geração traumatizada dos seus pais.

A dificuldade dos *kriegskinder* e de seus filhos de lidar com os seus próprios sofrimentos lhes dificulta experimentar simpatia ou compaixão com o sofrimento de seus filhos e de outros seres humanos. Assim, embora possam intelectualmente assumir o imperativo de “Nunca mais

Auschwitz”, tal dificuldade poderia levá-los, em outras circunstâncias históricas, à indiferença ou mesmo à cumplicidade com outros crimes.

Outro drama “infantil” que recém se investiga é o do destino das crianças judias que viveram escondidas durante a guerra em meio a famílias cristãs e cujos pais tiveram a sorte de retornar vivos dos campos de extermínio ou da clandestinidade. Após o primeiro trauma de serem separadas de seus pais e entregues a famílias desconhecidas, são devolvidas anos depois aos pais biológicos, em um momento em que já haviam estabelecido vínculos afetivos fortes com os seus pais adotivos. Na maioria dos casos, os pais biológicos não se esforçaram por manter relações com a família adotiva, quer porque abandonassem a Europa e fossem viver em Israel ou nos EUA, quer porque tivessem ciúmes ou mesmo temessem que as famílias adotivas disputassem o afeto das crianças. Na maioria das vezes, foi difícil reconstruir relações afetivas entre as crianças e seus pais biológicos, mas uma vez crescidas, essas “crianças escondidas” trataram de encontrar seus salvadores, com os quais mantiveram duradouras relações.²²

A memória que vale

Nos três casos discutidos acima, vemos quão frágil é a força da memória oficial, ou seja daquelas narrativas impostas por políticas de memória. Quer se trate do discrepância entre a memória oficial alemã do genocídio e a memória familiar diluidora, quer se trate das fortes contradições entre as histórias oficiais dos países socialistas e aquelas conservadas pelas famílias e pelos povos submetidos a contragosto a esses regimes, ou ainda quer se trate daquelas memórias recalcadas, mas que emergem em somatizações diversas, a memória que predomina, que decide, é a emocional. Não basta, pois, uma política de memória que problematize o passado de sociedades que vivenciaram períodos traumáticos. É preciso que tal debate se instaure também no seio das

famílias, como em clínicas do testemunho, e em comunidades e ambientes coletivos, como vários Memoriais pretendem fazê-lo. O mero recurso a um apoio psicológico no plano individual tampouco resolve, pois o trauma vivido só poderia ser entendido e de algum modo elaborado, de modo coletivo, em uma comunidade dos que o viveram, causaram ou sofreram. Se, como disse Freud, a sociedade é uma das três fontes do sofrimento humano, pois as outras são a natureza externa e a nossa natureza humana, só ela mesma, poderá em alguma medida, fechar nossas feridas.

Notas

^{1*} Doutora e Professora de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais nos cursos de Ciências Sociais e Relações Internacionais. E-mail: mlisboa@pucsp.br
WELZER, H. et al. **Opa war kein Nazi: Nationalsozialismus und Holocaust im Familiengedächtnis.** [Vovô não era nenhum nazista: nazismo e holocausto na memória familiar] Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 2002. [2ª Ed.]

² BRUMLIK, M.; SAUERLAND, K. (Org.) **Umdeuten, verschweigen, erinnern: die späte Aufarbeitung des Holocaust in Osteuropa.** [Reinterpretar, calar, recordar: a elaboração tardia do holocausto na Europa do Leste] Frankfurt/New York: Campus Verlag, 2010.

³ BODE, S. **Die vergessene Generation: die Kriegskinder brechen ihr Schweigen.** (As crianças da guerra rompem seu silêncio) Stuttgart: Klett-Cotta, 2009.

⁴ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012.

⁵ TODOROV, T. **Memória do Mal, Tentação do Bem: indagações sobre o século XX.** São Paulo: Editora ARX, 2002.

⁶ RICOEUR, P. **A Memória, a História, o Esquecimento.** Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

⁷ HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva.** Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2012. [2ª Ed.]

⁸ POLLAK, M. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, vol.2, nº3, 1989. pp. 3-15.

-
- ⁹ ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.
- ¹⁰ ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ¹¹ ARENDT, H. **Responsabilidade e Julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- ¹² JASPERS, K. **Die Schuldfrage: von der politischen Haftung Deutschlands**. [A questão da culpa: sobre a responsabilidade política da Alemanha] München: Piper Verlag, 2012.
- ¹³ AMÉRY, J. **Além do Crime e do Castigo: tentativas de superação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013, p. 121.
- ¹⁴ ELIAS, N. **Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- ¹⁵ TRAVERZO, E. **L'Histoire Déchirée: essai sur Auschwitz et les Intellectuels**. Paris: Les Éditions du Cerf, 1997.
- ¹⁶ LASCH, C. O Mínimo Eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis. In: LASCH, C. **3ª parte: O discurso sobre a morte em massa: as "lições" do holocausto**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- ¹⁷ BAUMAN, Z. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1989.
- ¹⁸ ROHDE-DAHL, G. **Ein Weites Feld: das Holocaust-Mahmal in Berlin**. [Um amplo campo: o memorial do Holocausto em Berlim] Berlim: Rohde-Dahl Filmproduktion, 2008, 1 vídeo-disco (66 min). Film Büro Bremen e.v, son., língua alemã, legendas em inglês.
- ¹⁹ SHEPARD, B. **A Longa Estrada para Casa: restabelecendo o cotidiano na Europa devastada pela guerra**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- ²⁰ FIGES, O. **Sussurros: A vida privada na Rússia de Stalin**. Rio De Janeiro: Record, 2010.
- ²¹ Der Körper vergisst nicht. [O corpo não esquece]. Alemanha: **Spiegel**, 09/2009.
- ²² GRUNDWLD-SPIER, A. **Os outros Schindlers: as dramáticas histórias dos heróis anônimos que decidiram arriscar suas vidas para salvar os judeus do holocausto**. São Paulo: Dditora Cultrix, 2011.

Data de envio: 17/07/2014

Data de aceite: 26/07/2014